

DÉCIMA CONFERENCIA REGIONAL SOBRE A MUHER DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

INFORME NACIONAL BRASILEIRO

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que o Governo brasileiro, representado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão da Presidência da República, com status de Ministério, apresenta o seu Informe sobre as ações empreendidas para avançar no cumprimento do Consenso do México, expresso nos compromissos afirmados no encontro realizado na Cidade do México, no período de 10 a 12 de junho de 2004.

Inicialmente, gostaríamos de registrar que, após eleições gerais no país, ocorridas em outubro de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito para um novo mandato de quatro anos. Com isso, as políticas econômicas e sociais que vinham sendo desenvolvidas podem agora ser aprofundadas e generalizadas, ou redirecionadas, conforme a necessidade.

Ao discursar na cerimônia de posse no Congresso Nacional, no dia 1º de janeiro de 2007, o Presidente destacou a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e as conquistas alcançadas pelas políticas de gênero durante seu primeiro mandato e afirmou: “Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este País combaterá, de maneira decidida e permanente, todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária”.

Na nova composição ministerial, o Ministério do Turismo passou a ser chefiado por uma mulher e com isso passamos a ter 5 mulheres na posição de ministras: Dilma Rousseff, da Casa Civil; Marina Silva, do Meio Ambiente; Marta Suplicy, do Ministério do Turismo; Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Em relação às políticas mais gerais, vale a pena destacar o lançamento, em março desse ano, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, um conjunto de 50 medidas envolvendo investimentos da ordem de R\$ 503 bilhões na infra-estrutura do país, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, até o ano de 2010.

E também o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que inclui metas de qualidade para a educação básica. E a criação dos institutos federais de educação profissional, científica e tecnológica, e a sanção, em junho, da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O novo fundo atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio.

Com o novo fundo, a educação básica atenderá 47 milhões de estudantes de creches, educação infantil e especial, ensinos fundamental e médio e educação de jovens e adultos. No total, o FUNDEB aplicará na educação básica, este ano, R\$ 48 bilhões. E, a partir do quarto ano de vigência do fundo, R\$ 62,9 bilhões (com base em valores de 2007). O Fundef, o fundo que existia anteriormente, destinava R\$ 35,2 bilhões anuais ao ensino fundamental.

Neste mês de julho foi aprovado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que investirá R\$ 4,8 bilhões na integração de políticas de segurança pública com ações sociais nas 11 regiões mais violentas do país. Para 2007 estão previstos R\$ 483 milhões. Composto por 72 ações, o Pronasci tem como eixo principal a integração de ações de segurança pública e políticas sociais para o enfrentamento da criminalidade. O objetivo do programa é enfrentar as causas sociais e culturais do crime, por meio de ações de prevenção, controle e

repressão da violência. Inicialmente, o Pronasci será implantado nas onze regiões metropolitanas do país com maiores índices de criminalidade. Seu desenvolvimento se dará por meio da articulação contínua entre União, estados e municípios.

Um importante avanço conquistado, resultado de gestões da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, foi a incorporação da transversalidade de gênero e raça na orientação estratégica de governo para o Plano Plurianual de Investimentos 2008-2011 (PPA 2008-2011).

Para o próximo período, a Orientação Estratégica de Governo explicita, já na sua introdução, a necessidade do enfrentamento das desigualdades de gênero e raça, afirmando que: “É necessário traduzir essas orientações em iniciativas práticas e dar convergência à ação do setor público, por meio de uma estratégia de desenvolvimento com crescimento associado à redução das desigualdades sociais e regionais, à promoção da igualdade de gênero, raça e etnia e à manutenção sustentada da estabilidade fiscal e de preços”.

Os objetivos de governo definem o que será perseguido, com maior ênfase, pelo Governo Federal no período de vigência do Plano Plurianual 2008 – 2011 e têm como finalidade nortear a formulação de políticas públicas no âmbito de cada Ministério, assim como a elaboração dos programas que integrarão o Plano. Entre os 10 objetivos de governo, destacamos o quarto objetivo: “Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos”.

Como estratégia para incidir na formulação dos planos plurianuais dos diferentes ministérios, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres encaminhou sugestão de objetivos setoriais incorporando a perspectiva de gênero, com isso o tema foi acolhido por vários dos entes governamentais.

O PPA 2008-2011 da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres estrutura-se em três Programas: Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres; Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; e Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas.

São seis os seus objetivos setoriais: 1) Promover a incorporação do enfoque de gênero na formulação de políticas e o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão em todas as esferas da administração pública, contemplando as diversidades existentes entre as mulheres; 2) Contribuir para o pleno exercício da cidadania e para a garantia do acesso das mulheres aos direitos sociais e econômicos, visando à redução das desigualdades e discriminações na perspectiva de gênero; 3) Implementar, no âmbito do Estado, políticas que promovam a conciliação entre as atividades domésticas e possibilitem a alteração da atual divisão sexual do trabalho; 4) Prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres; 5) Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz; e 6) Contribuir para a ampliação do exercício do poder pelas mulheres, possibilitando sua participação em todas as esferas de decisão.

Estamos, agora, às vésperas da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que será realizada de 17 a 20 de agosto em Brasília. O processo preparatório dessa segunda conferência já envolveu diretamente cerca de 200 mil mulheres brasileiras, que participaram de conferências municipais e/ou regionais e de conferências estaduais.

Um dos resultados já possível de indicar, dessa II Conferência, é o aumento da participação das mulheres que vivem nas cidades do interior e a criação por prefeituras e estados, de organismos de políticas para as mulheres, sejam elas coordenadorias e secretarias de mulheres no âmbito dos executivos ou conselhos dos direitos da mulher.

A segunda conferência tem como temas centrais: a avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (resultado da I Conferência) e a discussão da participação das mulheres nos espaços de

poder. Como resultado desse processo teremos ajustes e aprimoramentos no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, para o período 2008-2011.

POLÍTICAS PARA AS MULHERES – INFORME BRASILEIRO

No período deste informe, em relação às políticas para as mulheres, um dos grandes avanços a assinalar foi o lançamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, elaborado a partir do processo democrático de realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que envolveu diretamente mais de 120 mil mulheres brasileiras, de todos os cantos do país.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM estabelece diretrizes, prioridades e metas a serem cumpridas pelos governos municipais e estaduais e pelo Governo Federal, sendo constituído de 199 ações, distribuídas em 5 eixos: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; e gestão.

A sua implementação, a partir de janeiro de 2005, foi assumida por todos os órgãos responsáveis envolvidos (Ministérios da Educação, da Saúde, Desenvolvimento Social, Cultura, Justiça, Trabalho e Emprego, Cidades, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Minas e Energia, Planejamento e as Secretarias Especiais de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e da Aqüicultura e Pesca), demonstrando concretamente que se trata de um Plano do Governo Federal e não de um Plano da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

A implementação do PNPM é fiscalizada pelo trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano, instituído em abril de 2005. No Comitê estão representados onze ministérios (Ministérios da Educação, da Saúde, Desenvolvimento Social, Cultura, Justiça, Trabalho e Emprego, Cidades, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Minas e Energia, Planejamento); as três Secretarias Especiais (Secretarias Especiais de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e da Aqüicultura e Pesca) e a sociedade civil, por meio do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM).

Para que o PNPM chegasse efetivamente às suas destinatárias, foi proposto, aos governos estaduais e municipais, a assinatura de um termo de compromisso para a sua implementação. O saldo, em julho de 2007, são 280 termos de compromisso assinados, 16 estaduais e 264 municipais.

Em 2006, entrou em funcionamento o Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, disponível no sítio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (www.presidencia.gov.br/spmulheres), apresentando os resultados das ações desenvolvidas por todas as instituições parceiras, desde o primeiro ano de vigência do Plano Nacional.

Trabalho

No âmbito do PPA 2004-2007, a SPM vem desenvolvendo o Programa - *Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho* - cujos objetivos são: a) apoiar iniciativas de empoderamento e capacitação de mulheres com vistas a promover a igualdade de oportunidade no mundo do trabalho; b) incentivar a implementação de projetos orientados para a autonomia econômica das mulheres, de forma a criar referências para a atuação do governo nas áreas de geração de emprego, trabalho e renda, tais como incubadoras, cooperativas e associações. Nos últimos 3 anos, esse Programa beneficiou diretamente, 10.170 mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Outra iniciativa importante do governo brasileiro é o Programa Bolsa Família, que prevê o pagamento dos benefícios preferencialmente à mulher, na forma do regulamento. Seus impactos na vida das mulheres começam a ser avaliados, a exemplo da pesquisa “*O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero*” apresentada ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e ao Department for International Development (DFID). Coordenada pela AGENDE - Ações

em Gênero e Cidadania - a pesquisa coletou informações em trabalhos de campo realizados em 10 municípios da Federação, entre os meses de março e junho de 2006.

Uma das constatações da pesquisa é que a autoridade e, de modo geral, o status das beneficiárias no âmbito doméstico, elevaram - se em virtude da renda recebida tê-las colocado em posição vantajosa perante os outros membros da família, cujos empregos e salários são incertos. A pesquisa também identificou três claros impactos do Programa na condição social das mulheres beneficiárias.

O primeiro deles consiste na visibilidade das beneficiárias enquanto consumidoras. O fato de serem portadoras de um cartão e de receberem uma renda mensal fixa é comentado por agentes governamentais e beneficiários como um grande ganho, porque aumentou o poder de compra.

O segundo impacto detectado pelo trabalho de campo refere-se à afirmação da autoridade dessas mulheres no espaço doméstico. Existem fortes sinais de que a capacidade de compra que a Bolsa Família garantiu às mulheres vem suscitando alterações na hierarquia familiar, expressas na possibilidade de fazer escolhas e, principalmente, de negociar sua autoridade no âmbito doméstico.

O terceiro impacto do Programa diz respeito à percepção das mulheres de serem parte da cidadania brasileira. No momento em que se viram obrigadas a lavrarem documentos, tais como certidão de nascimento e a carteira de identidade, para se cadastrar e candidatar à Bolsa Família, muitas delas, principalmente as que vivem nas zonas rurais, perceberam que, de alguma forma, fazem parte de um amplo espaço social que vai além da vizinhança e do bairro.

O governo brasileiro também adotou medidas para atuar na reversão da desigualdade nos rendimentos pelas mulheres rurais negras, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que desenvolveu ação específica - “Projeto Etnodesenvolvimento das Mulheres Quilombolas” - em parceria com o DFID e o UNIFEM. São ações voltadas para adequação de programas, ações afirmativas na designação dos recursos disponíveis, além de iniciativas de capacitação nas políticas públicas, com especial ênfase para assistência técnica e extensão rural, fomento e comercialização.

Atendendo a demanda de documentação das mulheres, foi criado em 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Esse Programa atualmente é desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e as Delegacias Federais do MDA, em todo o País, e tem por objetivo emitir, a custo zero, os documentos de Carteira de Identidade, CPF (Cadastro de Pessoa Física), Carteira de Trabalho, Registro de Nascimento e Registro na Previdência Social (INSS).

Em 2005, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural passou a incluir, formalmente, as comunidades quilombolas. Em 2005 foram atendidas 64 comunidades, distribuídas em 9 estados, totalizando, aproximadamente, a emissão de 13.825 documentos para as mulheres quilombolas.

Considerando a necessidade de fortalecer as ações previstas no capítulo referente à Autonomia e Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, foi lançado, em 2007, o Programa Rio: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, por meio de uma parceria no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre Governo Federal (SPM, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério de Desenvolvimento Social) e Governo do Estado do Rio de Janeiro (Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e Secretaria de Estado de Trabalho).

O Programa tem por objetivo principal alterar de modo significativo a inter-relação presente nos processos de desenvolvimento local e os fatores de vulnerabilidade que incidem sobre a vida das mulheres em geral, e em particular das mulheres pobres e extremamente pobres, no que diz respeito à ambiência produtiva, à autonomia econômica e financeira das mulheres e às posições ocupadas por elas no mercado de trabalho.

Também merece destaque o lançamento do *Programa Pró-Equidade de Gênero*, em 2005, e sua implementação ao longo de 2006. O objetivo do Programa é promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no meio empresarial através da outorga de um selo às organizações que adotarem medidas concretas de promoção da equidade/igualdade no seu âmbito. Na primeira edição (2005/2006), o Programa destinava-se apenas às empresas públicas e recebeu a adesão de grandes empresas dos setores eletro-energético, bancário, de comunicação e agropecuário.

O encerramento da primeira edição do Programa e a outorga do Selo Pró-Equidade de Gênero ocorreu em dezembro de 2006, contemplando 11 empresas selecionadas: Caixa Econômica Federal, Eletronorte, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, Companhia Energética de Alagoas, Eletrobrás, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas Centrais Elétricas, Itaipu Binacional e Petrobras.

A segunda edição do Programa, iniciada em 2007, foi ampliada para organizações do setor privado e demais instituições públicas (além das empresas estatais), tendo recebido a adesão de 50 empresas. Embora se observe uma diversidade maior entre as categorias de organizações, o setor eletro-energético ainda é o mais representado. Cumpre assinalar a participação de 03 Prefeituras Municipais, a saber: Prefeitura de São Luís/MA; Prefeitura de Paulo Afonso/BA e Prefeitura de Quixadá/CE.

Outro fato importante na área temática do trabalho é a participação da SPM no Fórum Nacional da Previdência Social, instalado em 07 de março de 2007, tendo como pontos principais de discussão: i) Reforma para longo prazo; ii) Diagnóstico da previdência; iii) Novas formas de financiamento. A SPM tem atuado no Fórum no sentido de ampliar a participação das mulheres no sistema da Previdência Social e assegurar os direitos já conquistados.

No que se refere às trabalhadoras domésticas, destaca-se a Lei n 11.304/2006, que permite que o contribuinte que paga imposto de renda e emprega uma trabalhadora doméstica, deduza de sua declaração do imposto de renda os 12% recolhidos mensalmente à Previdência Social, referentes à contribuição patronal. A Lei assegura, ainda, o direito a férias anuais de 30 dias, repouso remunerado aos domingos e feriados e a estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez, até 5 meses após o parto. O empregador não poderá descontar mais do salário despesas com moradia, alimentação e material de higiene.

O Decreto 6.122, publicado em 2007, assegura às trabalhadoras desempregadas o direito à licença-maternidade pago pela Previdência Social. A legislação tem como objetivo estender o benefício às mulheres que forem demitidas por justa causa ou decidirem se desligar do emprego por vontade própria. Pelas novas regras, além das trabalhadoras com carteira assinada, as contribuintes individuais também serão beneficiadas. Nesse caso, não há carência de contribuição. As mulheres terão direito ao benefício se o nascimento ou adoção do filho ocorrer em um período que varia de 12 a 36 meses após a demissão ou a partir da data da última contribuição individual. Segundo o Ministério da Previdência, o "período de proteção previdenciária" de pelo menos 12 meses vale para todas as mulheres, independentemente do tempo de contribuição. Mulheres que contribuíram por mais de dez anos têm um "período de graça" de 24 meses. "Período de graça" é aquele em que o trabalhador, embora não esteja recolhendo para a Previdência, está amparado pelo sistema e pode receber benefícios. O salário-maternidade era o único benefício da Previdência ainda fora dessa regra.

É importante assinalar as conquistas alcançadas pelas mulheres rurais a partir do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, que reuniu um leque amplo de parceiras/os governamentais e dos movimentos sociais. O direito à terra foi ampliado através do Programa Nacional de Reforma Agrária do Incra, que teve seus procedimentos revisados para garantir a participação das mulheres acampadas e assentadas, independente da sua condição civil, bem como através de ações que estimulam sua integração na gestão econômica dos assentamentos. Portarias, instruções normativas, Programa de Assessoria Sócio-ambiental e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) concretizaram esta estratégia. Os serviços rurais foram ampliados para esse público e a promoção da igualdade passou a integrar os programas que têm esta finalidade. Criaram-se

instrumentos específicos de financiamento dirigidos a organizações econômicas de mulheres rurais, capacitaram-se milhares de trabalhadoras rurais, gestoras e gestores públicas/os foram qualificadas/os para atuar em sintonia com essa política e várias ações de difusão de experiências foram realizadas nas políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), de crédito, organização produtiva e comércio.

Considerando as distintas desigualdades que se combinam entre as mulheres negras e, em especial, entre as quilombolas, importantes ações foram realizadas para ampliar a gestão econômica e a garantia de seus direitos territoriais.

No âmbito do “Projeto Etnodesenvolvimento das Mulheres Quilombolas” foram realizados: 1 oficina de trabalho para orientar e capacitar as mulheres quilombolas para apresentação de projetos; 2 encontros nacionais “Mulheres Quilombolas: Gênero e Políticas Públicas para o Etnodesenvolvimento” (março e junho de 2005); e 8 visitas técnicas em comunidades que integram o Projeto (de agosto a outubro de 2005), com o objetivo de realizar o diagnóstico, a capacitação e o planejamento de ações voltadas à assistência técnica e comercialização da produção das mulheres quilombolas.

Em 2004 e 2005 foram apoiados 5 projetos apresentados por grupos produtivos das mulheres quilombolas de diferentes regiões do país. Essa iniciativa integra o esforço para constituição de uma rede de produção e comercialização com vistas à segurança alimentar, gestão dos territórios tradicionais e autonomia das mulheres quilombolas. Os projetos apoiados totalizam o investimento de R\$ 617.722,50, sendo que desse montante, R\$ 309.744,00 foram repassados em 2004 e R\$ 307.978,50, em 2005.

As ações implementadas no âmbito desses projetos compreendem: a promoção da maior inclusão das mulheres na economia local, ampliando as oportunidades de trabalho; a consolidação das atividades agroextrativistas, estimulando o cooperativismo e o desenvolvimento da agroindústria, a criação de pequenos animais e a piscicultura, a partir das diferentes práticas locais já existentes nas comunidades quilombolas; o fortalecimento da participação da juventude; a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas através da inserção no contexto do ecoturismo local, via formação nas atividades relacionadas a este setor; a identificação de oportunidades de trabalho e geração de renda a partir do manejo sustentável dos recursos naturais dos territórios quilombolas; e a formação e capacitação nas áreas de agroecologia e segurança alimentar.

Além disto, houve uma importante mudança no modo de gestão. Um caráter participativo passou a ser adotado nos programas através das distintas ações para incentivar a participação das mulheres nos órgãos colegiados do desenvolvimento rural, e da criação de novos espaços de participação e controle social em âmbito federal: o Comitê Permanente de Promoção da Igualdade no Condrap, os comitês gestores do Programa de Documentação, o Grupo de Trabalho de Gênero e Crédito e inúmeros eventos nacionais, regionais, estaduais e municipais para promover a sua difusão e avaliação das políticas públicas, promovendo um reforço no modo de governar em permanente diálogo com as organizações dos movimentos sociais de mulheres e da sociedade civil de forma mais ampla (ONG's, redes de produção, acadêmicas, etc). Nossa ação também envolveu setores acadêmicos com a realização de pesquisas e apoio a estudos feministas no campo, especialmente o Prêmio Margarida Alves.

Buscamos também uma integração internacional, com especial ênfase para a região do Mercosul, como as iniciativas dirigidas às trabalhadoras rurais durante e após a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (Cirad), principalmente através do Grupo de Trabalho Gênero da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) do Mercosul.

Educação

No que tange à educação, merece destaque o *Programa Gênero e Diversidade na Escola*, idealizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e realizado em parceria com o Ministério da Educação (através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Secretaria de Ensino a Distância), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Britânico e Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

O Programa consiste em formar professoras e professores da 5ª à 8ª série do ensino fundamental nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, utilizando a metodologia de ensino à distância e trabalhando as temáticas de forma transversal, tendo como foco as questões de gênero. O projeto-piloto, implementado no período de março a setembro de 2006, envolveu a participação de 06 municípios das cinco regiões do país, com a participação de 1.200 professoras e professores e foi concluído com sucesso, visto que o índice de evasão não ultrapassou 19% das(os) matriculadas(os).

Outro destaque é o *Programa Mulher e Ciência*, instituído com o objetivo de valorizar as pesquisas realizadas e estimular a elaboração e divulgação de novos conhecimentos no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos. Realizado em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério da Educação e UNIFEM, o Programa compreende três tipos de incentivo: um edital de pesquisa, o prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciência.

Na primeira edição, em 2005, integraram o Programa Mulher e Ciência: o Edital CNPq nº 45/2005, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) de apoio a pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos; o 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, concurso de redações para estudantes do ensino médio e de artigos científicos para estudantes de graduação e de pós-graduação; e o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências. Em 2006, aconteceu a 2ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Em 2007, na terceira edição do Programa Mulher e Ciência constam o 3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e o 2º Edital CNPq de apoio a pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos.

A SPM tem atuado na fiscalização de propagandas discriminatórias, a exemplo de ações impetradas junto ao Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (CONAR) que retirou do ar algumas campanhas. Há a preocupação, ainda, de se capacitar profissionais da mídia, incluindo organizações da sociedade civil que trabalham nesta área, por meio do Seminário Mulher e Mídia que, em 2007, chegará à sua 4ª edição. Por outro lado, procura-se utilizar a mídia de forma positiva, influenciando-a no trato de questões relevantes para a promoção da igualdade de gênero.

Saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos

No Brasil, as ações relacionadas à saúde da mulher são desenvolvidas como parte da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, elaborada com a participação de diversos setores da sociedade civil organizada, em especial o movimento de mulheres, sociedades científicas, pesquisadores, entidades de classe e estudiosos da área, gestores do SUS e Ministérios envolvidos com o tema, marcadamente, o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Concebida na década de 80, essa política introduziu marcos, até hoje avançados, para atenção a essa parcela da população.

Em relação às iniciativas mais recentes do setor, temos a destacar o lançamento pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 28 de maio deste ano, da Política Nacional de Planejamento Familiar, uma parceria do Ministério da Saúde com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

O anúncio ocorreu no Dia Internacional da Saúde da Mulher e durante a 6ª Reunião Plenária da Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. O Pacto tem sido reconhecido como uma estratégia inovadora de mobilização social para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os 27 estados da República Federativa do Brasil aderiram ao Pacto. Cumpre assinalar que no período de 2003 a 2006 foram evitadas 232 mortes maternas e 5920 mortes neonatais.

A Política Nacional de Planejamento Familiar vai intensificar a redução do número de abortos clandestinos no país e reduzir os casos de gravidez indesejada. Entre suas ações, está prevista a inclusão da vasectomia na Política Nacional de Cirurgias Eletivas e a inclusão dos anticoncepcionais em farmácias e drogarias credenciadas no Programa Farmácia Popular do Brasil que propiciam a venda de medicamentos com preços até 90% mais baixos, por serem subsidiados pelo Ministério da Saúde. Vale ressaltar que, em 2002, o Ministério da Saúde investiu R\$ 7 milhões na compra de métodos anticoncepcionais; em 2005, foram gastos R\$ 27 milhões e, neste ano, estão sendo disponibilizados R\$ 100 milhões.

Também será ampliada a divulgação de informação sobre esses métodos através de uma campanha com veiculação contínua por um ano e distribuição de material educativo com todos os métodos anticoncepcionais. Com essa política as mulheres continuarão a ter mais acesso à laqueadura (cirurgia para ligar as trompas) nos hospitais públicos. No ano de 2002, havia 268 instituições habilitadas no SUS para a realização da laqueadura tubária; em 2006, passamos a ter 1564 serviços credenciados.

Com a finalidade de mudar os paradigmas da atenção ao parto, o Ministério da Saúde promoveu Seminários em Atenção Obstétrica e Neonatal Humanizadas Baseadas em Evidências Científicas, contemplando a atenção ao abortamento inseguro, para qualificação de 1857 profissionais, diretores (as), Chefiarias de Obstetrícia e Neonatologia e Chefiarias de Enfermagem obstétrica das 439 maiores maternidades, de cada um dos estados brasileiros. Este ano estão sendo desenvolvidos programas de capacitação em urgências e emergências maternas e disponibilizados R\$ 30 milhões para projetos de humanização nessas maternidades.

Ainda merece destaque o lançamento, em 2007, do Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da HIV/AIDS e outras DSTs, numa parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde, através do Programa Nacional de DST e AIDS e da Área Técnica de Saúde da Mulher. Para a sua execução, o Plano conta com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Resultado de uma articulação intersetorial, o Plano visa a orientar a implantação e a implementação de ações nos níveis federal, dos estados e municipais. Seu objetivo central é a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, através do desenvolvimento de ações intersetoriais com capacidade para acelerar o acesso aos insumos de prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das enfermidades sexualmente transmissíveis e da AIDS, para as mulheres das diferentes regiões de nosso país.

O Ministério da Saúde, desde 1997, desenvolve ações para o controle do câncer de colo de útero, particularmente, por meio de campanhas, mas não foi possível se obter resultados nacionais que tivessem impacto na ocorrência da doença. Esta constatação impôs a necessidade de construir novos meios que permitissem alcançar os objetivos preconizados. Para este fim, foi lançado o *Plano de Ação para o Controle do Câncer de Mama e do Colo do Útero no Brasil 2005 – 2007*, que foi pactuado com todos os estados brasileiros. A articulação de ações dirigidas ao câncer de mama e do colo do útero está fundamentada na Política Nacional de Atenção Oncológica (Portaria GM nº 2439 de 08 de dezembro de 2005). O Plano de Ação é composto pelas seguintes diretrizes estratégicas a serem desenvolvidas nos distintos níveis de atenção à saúde: aumento da cobertura da população-alvo; garantia da qualidade; fortalecimento do sistema de informação; desenvolvimento de capacitações; desenvolvimento de pesquisas; e mobilização social.

O Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação vem desenvolvendo ações para reduzir a vulnerabilidade dos adolescentes às doenças sexualmente transmissíveis, à infecção pelo HIV e à gravidez não planejada, com ênfase na promoção da saúde, por meio de ações educativas de prevenção e ampliação do acesso dessa população ao preservativo masculino. O Programa previa, em sua proposta inicial, a disponibilização de preservativos masculinos de 52 mm a adolescentes de 15 a 19 anos, sexualmente ativos, matriculados no ensino regular da rede pública. No ano de 2004, foram feitas adequações e ajustes neste Programa, que passou a se dirigir a adolescentes e jovens de 13 a 24 anos, englobando o ensino fundamental e médio.

Nesta gestão, o Ministério da Saúde promoveu a articulação intra e intersetorial, assim como com os movimentos sociais visando à organização da atenção aos segmentos da população feminina ainda invisibilizados, merecendo destaque as ações para organizar a atenção à saúde das mulheres negras, em situação de prisão, índias, trabalhadoras rurais e residentes em municípios que estão ao longo ou de influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) e regiões de construção de usinas hidrelétricas na Bacia do rio Tocantins.

No campo da saúde das mulheres negras, inúmeras atividades foram realizadas, desde a publicação de material técnico, passando pela promoção de eventos para discussão do tema, levantamento de dados e inclusão do recorte étnico-racial nas ações do Ministério da Saúde e lançamento de programa específico. O Ministério da Saúde criou o Comitê Técnico Saúde da População Negra que tem a função de formular uma proposta de política nacional para essa parcela da população contemplando ações específicas para as mulheres.

Nesta gestão o Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Anemia Falciforme (PAF) e outras Hemoglobinopatias, dando ênfase às especificidades das mulheres em idade fértil e no ciclo gravídico-puerperal. No primeiro momento foi desenvolvida experiência piloto de implantação do PAF/MS em cinco municípios. Em seguida foram sensibilizados(as) coordenadores (as) estaduais para implantação do Programa.

Com relação à atenção ao parto domiciliar, o Ministério da Saúde, em parceria com o Departamento de Atenção Básica, a FUNASA e a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, rearticulou o projeto de capacitação de parteiras Kalunga e quilombolas, envolvendo a Secretaria Estadual de Saúde de Goiás e as prefeituras locais, cujas ações serão monitoradas de forma a promover a multiplicação da experiência para as demais comunidades quilombolas em nível nacional.

Neste ano de 2007, o Ministério da Saúde disponibilizou recursos para convênios com a Universidade Federal do Maranhão e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Bahia com o objetivo de qualificar os profissionais da rede pública de saúde nas ações e procedimentos para a atenção às mulheres negras.

Com relação à saúde das mulheres indígenas, o Ministério da Saúde criou um grupo de trabalho intra-setorial, com a participação de lideranças desse segmento de mulheres, para implementação da atenção integral à saúde e está apoiando gestores municipais e estaduais, para organização da atenção à saúde indígena, priorizando as mulheres. Está em andamento a capacitação dos profissionais de saúde e parteiras dos 34 distritos sanitários indígenas para intervenção imediata (Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas) e capacitações para parteiras índias.

Na mesma linha foram favorecidas as mulheres em situação de prisão. O Ministério da Saúde promoveu a qualificação de profissionais de saúde de 10 estados que estão organizando a atenção integral à saúde das mulheres em situação prisional.

A saúde das mulheres que fazem sexo com mulheres (lésbicas, bissexuais e outras Mulheres que fazem Sexo com Mulheres (MSM) tem recebido um olhar especial pelo Ministério da Saúde, que criou um Comitê Técnico Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais - GLTB, por meio da Portaria Nº

2.227 - de 14 de outubro de 2004, criando, articulando e fortalecendo ações de saúde voltadas a estes segmentos populacionais e como participar na criação e implementação de estratégias intersetoriais com as várias áreas do governo, já apontadas no “Programa Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”. Além de dispor sobre seu funcionamento tem a função de formular uma proposta de política nacional para esses segmentos da população.

No sentido de melhorar a atenção à saúde do segmento de mulheres lésbicas, bissexuais e outras mulheres que fazem sexo com mulheres, o Ministério produziu um material especial, intitulado “Chegou a Hora de Cuidar da Saúde”. Este livreto especial aborda os Direitos Humanos (legislação brasileira, discriminação e racismo), Saúde (alimentação, gravidez, uso de drogas e menopausa) e Sexualidade e foi encaminhado para as ONG’s que desenvolvem ações para esses grupos.

Outros avanços se deram através da publicação da Portaria Nº 2.418/GM, que regulamenta, em conformidade com o art. 1º da Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005, a presença de acompanhante para mulheres em trabalho de parto, parto e pós-parto imediato nos hospitais públicos e conveniados com o Sistema Único de Saúde – SUS. Isso significa que a mulher pode escolher quem ela quer no trabalho de parto, inclusive a sua companheira.

Além disso, houve a inserção do campo “Práticas Sexuais” na ficha de notificação/investigação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências interpessoais; a inserção do campo “Orientação Sexual” na Agenda da Mulher; e na atenção ginecológica, especialmente nas ações relacionadas ao controle do Câncer de mama de do colo uterino e às DST/ AIDS. Acreditamos que a inserção do campo orientação sexual ou práticas sexuais nestes documentos e em outros irá contribuir na melhoria da saúde das mulheres que fazem sexo com mulheres bem como para a obtenção de informações e dados sobre essa população e conseqüente redirecionamento de políticas públicas de saúde da mulher.

Entre as ações de saúde desenvolvidas para beneficiar as mulheres rurais, destaca-se a instalação, pelo Ministério da Saúde, do Grupo Terra com a finalidade de elaborar a Política de Atenção aos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – que contou com participação do movimento de trabalhadoras rurais – e a realização de uma mesa redonda, como parte da Conferência de Saúde do Trabalhador, para debater as questões específicas da mulher trabalhadora, contemplando um recorte de raça e etnia.

A Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos também contempla ações voltadas para a formação e capacitação, tais como o convênio entre o Ministério da Saúde e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG - para formação de agentes multiplicadores em “Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos” e a publicação de materiais educativos.

Entendendo que a ausência da variável cor na maioria dos sistemas de informação da área de saúde inviabiliza uma análise mais consistente sobre a saúde das mulheres negras no Brasil, dificultando a elaboração de estratégias voltadas para essa parcela da população, o Ministério incluiu o quesito raça/cor no SISPRENATAL (sistema de informação que consolida os dados provenientes da atenção pré-natal prestada pelos serviços do SUS) e no SISCOLO (sistema de informação que consolida dados da detecção precoce ao câncer de colo de útero).

Também, na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, financiada pelo Ministério da Saúde, que tem como objetivo coletar informações que permitam elaborar indicadores demográficos, de saúde e nutrição para mulheres e crianças, visando fornecer subsídios para as políticas e estratégias de ação, foi articulado o levantamento, tabulação e análise dos dados, levando em conta o quesito raça/cor. Da mesma forma, seus protocolos técnicos, estratégias de ação e políticas têm contemplado a inclusão do recorte étnico-racial.

Enfrentamento à violência contra as mulheres

No campo do enfrentamento à violência contra as mulheres o grande destaque foi a sanção da Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, definindo políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Nesse curto e intenso tempo de vigência, já se podem perceber alguns impactos positivos na sociedade, destacando-se o surgimento dos Juizados ou Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, e de Defensorias para a Mulher, como uma determinação da Lei Maria da Penha. Atualmente totalizam-se 139 Juizados e/ou Varas em todo o país e 15 Defensorias da Mulher. Em relação aos juizados, cabe aqui uma ressalva. No estado do Rio de Janeiro, 99 deles são antigos Juizados Especiais Criminais (JECS) transformados em Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM).

Outra inovação introduzida pela Lei Maria da Penha é a sua ênfase na política de prevenção à violência contra as mulheres. Essa prevenção implica na promoção de conhecimento sobre o fenômeno da violência contra as mulheres, seja através da produção de pesquisas e estatísticas (como prevê o art. 8º.), seja pela inclusão das estatísticas sobre o mesmo nas bases de dados dos órgãos oficiais (conforme art. 38º).

Já se encontra em funcionamento o Observatório de Monitoramento da Implementação e Aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), constituído por um Consórcio formado por nove instituições acadêmicas e organizações não-governamentais das cinco regiões do Brasil. O Consórcio conta com a parceria de três importantes articulações feministas: a Rede Feminista de Saúde (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos), a Redor (Rede Regional Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero) e o CLADEM (Comitê Latino-americano e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM/Brasil).

Em 2004, elaboramos a pesquisa sobre o perfil organizacional das DEAMs de todo o país para diagnosticar as condições de seu funcionamento no que tange à estrutura física, recursos humanos, capacitação, recurso materiais, custódia de presos e articulação institucional das redes de atendimento. Já estamos na terceira versão da pesquisa, consolidando uma série histórica com dados de 2003 a 2006.

A partir do diagnóstico foram traçadas algumas estratégias: a) Elaboração de uma Norma Técnica com vistas a padronização do atendimento prestado por estas Delegacias. Essa norma técnica foi elaborada e pactuada com todos os Estados Brasileiros e está sendo observada ainda em níveis diferenciados. b) Modernização das Estruturas a partir da aquisição de equipamentos: Foram selecionadas em um primeiro momento 50 DEAMs para serem contempladas com o kit DEAM composto por viatura, equipamento de proteção individual (colete balístico), material permanente como fax, bebedouro e equipamentos de informática. Em dois anos foram desembolsados pelo Governo Federal R\$ 2.825.000,00 aplicados diretamente nos Estados. A meta é criar condições para a atuação de 200 DEAMs. c) Política de capacitação continuada e com qualidade.

Em 2004, o Governo Federal elaborou um referencial para a formação dos profissionais de segurança pública, chamado Matriz Curricular Nacional. Este documento trabalha a questão do respeito à diversidade - gênero, etnia, orientação sexual, criança, jovens e idosos numa perspectiva construtivista tendo como princípio a transversalidade dos Direitos Humanos.

Em 2005, foi lançada a Rede Nacional de Educação a Distância para Segurança Pública, objetivando o acesso a educação continuada dos profissionais da área. Após o diagnóstico de que 78% dos profissionais que atuavam nas DEAMs (dados de 2003) nunca passaram por uma capacitação de gênero, um dos primeiros cursos formulados foi o de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica. Em 2006, o curso foi realizado por 3.388 profissionais de segurança pública. Pela mesma Rede ofertamos o de enfrentamento ao tráfico de seres humanos, beneficiando 2.915 profissionais.

Em 2006, criamos a Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública, que consiste no credenciamento de Instituições de Ensino Superior para a promoção de Cursos de Especialização em Segurança Pública. Foi estabelecido que todas as 22 IES credenciadas teriam que elaborar conteúdos

programáticos acerca da violência de gênero. Além disso, a temática faz parte das linhas de monografias tendo como objetivo motivar mais produções científicas na área. Este ano a Rede conta com 1.600 profissionais.

Vale observar que em 2003 a SPM criou o serviço de Ouvidoria, e no ano de 2006 entrou em funcionamento a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, serviço nacional gratuito, criado com o objetivo de atender às mulheres em situação de violência.

Também em 2006, foi aprovada pelo Governo Federal a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, por meio do Decreto nº 5.948 de 27/10/06. O decreto fortaleceu a atuação da polícia nas regiões de fronteira, em portos, aeroportos, rodovias, estações rodoviárias e ferroviárias. A política estabeleceu ações integradas nas áreas de Justiça e Segurança Pública, Relações Exteriores, Educação, Saúde, Assistência Social, Promoção da Igualdade Racial, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Agrário, Direitos Humanos, Promoção dos Direitos da Mulher, Turismo e Cultura. Com isso, criou a concepção de que o enfrentamento ao tráfico deve ser uma ação transversal.

Outra medida importante foi a determinação da capacitação de profissionais na prevenção e repressão ao tráfico e no atendimento às vítimas. Todas as ações estão organizadas no Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico, elaborado por um grupo de trabalho interministerial, sob a coordenação da SPM, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Justiça.

No âmbito da nova política, são atribuições da SPM: qualificar os profissionais da rede para o atendimento às mulheres traficadas; incentivar a prestação de serviços dos Centros de Referência; apoiar projetos de qualificação profissional para geração de renda; apoiar programas projetos e ações de educação não sexista e estimular o debate sobre questões estruturantes favorecedoras do tráfico.

O Brasil trabalha a questão do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes de forma completamente integrada. Uma das principais estratégias de abordagem do problema é por meio de uma metodologia de articulação e capacitação dos serviços públicos nos municípios onde o problema é mais grave. Essa metodologia cria uma rede de todos os serviços prestados no município, incluindo os agentes de segurança pública, preparando todos eles para o atendimento específico de casos de abuso e exploração sexual.

O Disque 100, que recebe denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes, teve, nos últimos 4 anos, um aumento de 300% na sua média diária de denúncias registradas. Dessas, 87% das vítimas reportadas são do sexo feminino. O Disque 100 é especialmente forte dentro do projeto siga bem criança, que trabalha com o público de motoristas de caminhão nas estradas.

Mesmo com as dificuldades para a obtenção de um retrato atual da situação da violência contra as mulheres, alguns importantes avanços puderam ser verificados ao longo dos últimos anos, como o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, criado com vistas ao monitoramento de mais de 50 delitos no Brasil caracterizando vítimas e agressores. O Sistema é alimentado pelo número de ocorrências registradas pelas Polícias Civis de todo o Brasil, cabendo à SENASP apenas a sistematização dos dados bem como sua divulgação.

Ainda nesse campo, é importante fazer referência à aprovação, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sessão realizada no dia 6 de março de 2007, da recomendação nº 9, que, entre outros pontos, sugere que os tribunais incluam em seus bancos de dados estatísticas sobre violência doméstica, promovam cursos de capacitação multidisciplinar em direitos humanos e violência de gênero, voltados para magistrados, e que integrem o Poder Judiciário aos demais serviços da rede de atendimento à mulher.

Participação das mulheres nos espaços de poder

O tema da participação política das mulheres, ou mais amplamente, da participação das mulheres nos espaços de poder é um dos que mais tem preocupado a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Reconhecemos que este é um dos campos em que mais trabalhos se têm por fazer, daí ser este um dos focos principais da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Vale destacar que mais de 200 mil mulheres brasileiras, que já participaram do processo preparatório da II CNPM, discutiram em suas conferências municipais e estaduais este tema com o objetivo de pensar propostas para políticas a serem desenvolvidas no sentido de enfrentar tal desigualdade.

Grande parte das discussões existentes na sociedade brasileira a respeito das cotas para mulheres na política e os mecanismos necessários para o seu aprimoramento tem sido enfrentadas no âmbito do debate mais amplo sobre a Reforma Política no Brasil. Questões como o financiamento público de campanhas, a adoção de listas fechadas e alternadas de candidaturas tem sido motivo de manifestações dos movimentos de mulheres, com apoio do governo federal, a exemplo da *Carta ao Congresso Nacional*, aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 17 de maio de 2007 e do ato público em defesa da participação feminina na reforma política, realizado em junho de 2007, promovido pelo CNDM e Bancada Feminina do Congresso Nacional e apoiado pela SPM

Ainda neste campo, ressalta-se a criação de um Fórum Multi-partidário permanente com o objetivo de articular ações voltadas para o empoderamento das mulheres com foco especial para uma ação unitária pela participação das mulheres na política. Integram o Fórum representantes de 16 partidos políticos, das mais diversas tendências ideológicas.

Ao falarmos nos espaços de poder, o Judiciário ainda é o mais impermeável. De toda forma, vale destacar que hoje o Supremo Tribunal Federal é presidido por uma mulher, a ministra Ellen Gracie. E que, recentemente, o Presidente da República nomeou a primeira mulher, Maria Elizabeth Guimarães, para o cargo de ministra do Superior Tribunal Militar.

Ainda que muito lentamente, aumenta a participação das mulheres no Poder Judiciário. Atualmente temos: no Supremo Tribunal Federal, 2 mulheres (18,18%) e 9 homens (81,82%); no Supremo Tribunal de Justiça, 5 mulheres (14,28%) e 27 homens (85,72%); no Tribunal Superior do Trabalho, 4 mulheres (21,04%) e 14 homens (78,96%); no Tribunal Superior Eleitoral, nenhuma mulher (0%) e 7 homens (100%); e no Superior Tribunal Militar, 1 mulher (6,66%) e 15 homens (93,44%).

No plano internacional é importante assinalar a nomeação da Embaixadora Maria Luiza Viotti, que nos dá a honra de sua presença, como a representante permanente do Brasil na Delegação Brasileira das Nações Unidas. Ademais, nos últimos dois concursos para o Itamaraty as vagas foram ampliadas de 30 para 100 e a proporção de mulheres que conquistaram tais espaços foi ampliada para 24%, em 2006, e 22%, em 2007. Tal como apontado no Relatório Brasileiro e nas respostas às Questões Formuladas pelo Comitê CEDAW, a presença de mulheres nestes quadros tem estado, já ha alguns anos, em torno de 20%.

No âmbito do poder Executivo, faz-se importante mencionar que, pela primeira vez na história, o governo federal conta com 5 ministras, dentre elas a ministra Dilma Rousseff que comanda a Casa Civil da Presidência da República. Ainda que a presença feminina no alto escalão governamental não seja a que se espera, e inegável o avanço observado ao longo dos últimos anos, o que parece constituir-se em uma tendência para as próximas décadas.

Ainda no Executivo, ressalta-se que nos cargos comissionados, para os quais não se exige concurso para nomeação, a participação de mulheres vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, principalmente naqueles de mais alta hierarquia. A tabela abaixo apresenta a evolução destes dados entre 1998 e 2007.

Proporção de mulheres ocupando cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), por tipo.

Tipo de DAS	1998	2007	Varição 2007/1998
1 a 3	42%	46%	+ 9,5%
4	29%	38%	+ 31%
5 e 6	16%	23%	+ 43%

Fonte: Secretaria de Recursos Humanos/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Gestão das políticas

Com a finalidade de apoiar o processo decisório e de atender à demanda por informações, de diferentes setores da sociedade, a SPM lançou, em 2006, o Sistema Nacional de Informações de Gênero – SNIG – constituído a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e de 1991. O Sistema foi desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com vistas à ampliação do escopo dessa parceria, e considerando a necessidade de atender também as demandas de informações estatísticas sobre gênero e uso do tempo, está em vias de ser instituído o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo. Este Comitê será integrado pelo IBGE, a SPM, o IPEA (instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), além da OIT e do UNIFEM. Ao Comitê caberá elaborar proposta de Pesquisa de Uso do Tempo, discutir a inserção do recorte de gênero no próximo Censo Demográfico (2010), e produzir indicadores e informações qualificadas sobre a situação da mulher no Brasil, na perspectiva das relações de gênero e raça.

No intuito de fomentar a participação e o controle social por parte das populações quilombolas, foi criado, dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, o Comitê Permanente de Gênero, Raça e Etnia, sob coordenação do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia – PPIGRE/MDA. Este Comitê é composto por representantes de órgãos do MDA, outros órgãos governamentais e entidades da sociedade civil organizada e vem buscando, a partir das demandas específicas desses públicos, orientar a atuação do MDA na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas.

Para o controle social da implementação das políticas, além de suas ações específicas, o trabalho do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher também é voltado para o fortalecimento de conselhos de direitos da mulher nos estados e municípios brasileiros. Para tanto, busca-se estabelecer contato com os conselhos existentes, informar sobre as atividades do CNDM, atender os pedidos encaminhados e elaborar um cadastro com os dados recolhidos. Em 2003 havia informação da existência de 90 Conselhos Municipais e 20 Conselhos Estaduais. No cadastro elaborado pela Secretaria do CNDM há hoje 205 Conselhos cadastrados: 24 Estaduais e 181 Conselhos Municipais. Com relação a estes conselhos, a responsabilidade por supri-los de orçamento e estrutura é de estados e municípios, dada à existência de um pacto federativo no país. Destaque-se que o caráter de tais mecanismos é de articulação e controle social.

A implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres também foi fortalecida pela criação de organismos governamentais de políticas para as mulheres, que durante o período de 2003 a 2007 passaram de 13 para 155 organismos, sendo 14 estaduais e 141 municipais (19 em capitais). Estes estão permanentemente em contato entre si e com o governo federal, por intermédio do Fórum Nacional de Organismos Governamentais, cuja última edição ocorreu em agosto de 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No nosso entender, o grande salto que precisamos dar nesse momento é aumentar a escala das políticas implementadas, fazendo com que cheguem de maneira massiva às mulheres brasileiras.

A garantia de recursos orçamentários para o cumprimento das prioridades e metas pactuadas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres também se inscreve no conjunto de desafios que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres enfrenta, na sua condição de coordenadora do processo de inserção do enfoque de gênero nas políticas públicas.

Mudar a forma da gestão pública das políticas em nosso país é outro dos grandes desafios colocados para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que vem se empenhando no sentido de promover a melhoria do instrumental que apóia a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero. Nesta perspectiva, destacam-se iniciativas junto a diferentes setores para a inclusão dos dados relativos a sexo, raça/cor e etnia em todos os cadastros e registros administrativos que alimentam a produção de indicadores para as referidas políticas públicas; da mesma forma, pretendemos ampliar e aprimorar as informações e indicadores que dão suporte ao processo decisório, constituindo instâncias de discussão qualificada e participando de diferentes eventos, nacionais e internacionais, com a mesma finalidade.

Brasília, Brasil, de agosto de 2007